TRABALHO COMPLETO
FULL PAPER
XXVII SEPE
Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão
Teaching, Research and Extension Symposium
24 A 26 DE OUTUBRO 2023
OCTOBER 24th to 26th, 2023
ISSN: 2316-9745
CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SCIENCE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT
UFN
Universidade Franciscana
https://doi.org/10.48195/sepe2023.27159

URBANIDADES INVISÍVEIS:
O PARQUE ITAIMBÉ COMO TERRITÓRIO EDUCATIVO

Gustavo Gonçalves Cougo[1]; Marcio Tascheto da Silva[2].

RESUMO

Trata-se de um trabalho ainda em curso que estuda a temática das cidades enquanto territórios educativos. Propõe-se uma (re)leitura do contexto urbano, tendo como "campo empírico" o Parque Itaimbé na cidade de Santa Maria/RS. O objetivo é compreender como as práticas de espaço e as urbanidades invisíveis no parque podem constituir potenciais pedagogias urbanas que o tornem um território educativo na cidade. Para tanto, utiliza-se como metodologia uma abordagem qualitativa do tipo fenomenológico-hermenêutica, para, a partir do método da cartografia social, amparado em uma pesquisa documental e bibliográfica, observar e interpretar que urbanidades invisíveis e práticas e usos se desprendem do território analisado. Propõe-se uma aproximação entre a cidade pensada e a cidade vivida, (re)conciliando os praticantes ordinários da cidade com a gestão pedagógica dos territórios, possíveis pedagogias outras (urbanas) e, a partir disso, a garantia do direito à cidade.

Palavras-chave: Homem ordinário; Territorialidade; Cidade educativa; Educação integral.

ABSTRACT

This still ongoing work studies the theme of cities as educational territories. It aims to understand how space practices and invisible urbanities in the park can constitute potential urban pedagogies that turn it into an educational territory in the city. To this end, a qualitative approach of the phenomenological-hermeneutic type is used as a methodology, so that, based on the method of social cartography, supported by documentary and bibliographical research, observe and interpret which invisible urbanities and practices and uses detach themselves from the analyzed territory . A rapprochement between the city thought of and the city lived is proposed, (re)conciling the ordinary practitioners of the city with the pedagogical management of territories, possible other pedagogies (urban) and, from this, the guarantee of the right to the city.

Keywords: Ordinary man; Territoriality; Educational city; Integral education.

[1]Mestrando. Acadêmico do Curso de Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana - UFN. E-mail: gustavo.cougo@ufn.edu.br
[2]Doutor. Professor do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Franciscana - UFN. E-mail: tascheto@ufn.edu.br

Eixo Temático: Educação, Cultura e Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

As cidades constituem diferentes e diversas formas de serem vistas, lidas e escritas. Como uma poesia, formam um emaranhado de complexidades justapostas e entrepostas que se acumulam em diferentes tempos e espaços. Pensar as cidades torna-se então uma prática labiríntica, pois seus (des)caminhos constituem narrativas ora aparentes, ora escondidas, que se inventam e reinventam como uma quase convulsão, que quando vista de perto desafia os números e escapa a legibilidade, mas quando vista de longe some em meio ao texto urbano que, por vezes, é escrito para não ser lido (CERTEAU, 2014).

Ao pensar a cidade, Sennett (2021) designa duas concepções distintas: *ville* e *cité*, sendo *ville* o lugar físico, concreto e construído (prédios, ruas e parques) e *cité* o modo de viver e praticar a cidade. Nesse contexto, Sennett (2021), Fortuna (2019) e Certeau (2014) expõem a existência de uma incongruência entre as duas concepções (cidade pensada e cidade praticada), já que os planos formais não captam e não consideram suas práticas cotidianas informais (onde a vida acontece). Os autores destacam que essa discrepância impossibilita a construção de uma cidade aberta, democrática e inclusiva (SENNETT, 2021, p. 29), que só acontecerá quando os “praticantes ordinários da cidade” (CERTEAU, 2014, p. 159), bem como suas práticas e usos do território, forem incluídos nos planos formais da cidade.

Para diminuir esse hiato é preciso colocar luz nas práticas cotidianas e trazer à tona a “subterraneidade urbana” que se põe entre as camadas de transparência da cidade (FORTUNA, 2019, p. 137). A releitura destes espaços, a partir de um novo olhar, apresenta novas possibilidades antes encobertas. Nesse sentido, muito se discute o papel das cidades “como atores sociais e políticos fundamentais na resolução dos problemas sociais e de convivência humana [...]”, bem como “na construção/consolidação de identidades locais” (MOLL, 2020, p. 216). Portanto, propõe-se pensar a educação e a possibilidade da cidade como território educativo (com a intenção de educar), numa abordagem que situa cidade e escola como espaços possivelmente complementares (MOLL, 2020).

É neste contexto, que este trabalho ainda em curso propõe uma (re)leitura do

contexto urbano, tendo como "campo empírico" o Parque Itaimbé na cidade de Santa Maria/RS. O objetivo é compreender que urbanidades invisíveis desprendem das práticas e usos do território como potenciais pedagogias urbanas, tendo como espaço de estudo o Parque Itaimbé, na cidade de Santa Maria/RS, e sua possibilidade como território educativo. Por se tratar de uma pesquisa em ainda em curso, serão apresentados resultados parciais na construção teórica.

O parque é um importante espaço público da cidade de Santa Maria/RS e foi concebido para ligar a Estação Férrea de Santa Maria e a antiga rodoviária da cidade (FALCÃO et al., 2022). É o único parque urbano não cercado da cidade e fica sobre as águas canalizadas do Arroio Itaimbé. Localiza-se no Centro Histórico de Santa Maria/RS e foi incluído na proposta do Distrito Criativo Centro-Gare, conquanto a subutilização do espaço pela população, e os significativos problemas infraestruturais o tenham inscrito, também, em um cenário de insegurança urbana que reprime o desenvolvimento de todo o potencial urbano e social que lhe é próprio (FALCÃO et al., 2022).

Dessa forma, com o intuito de atingir o objetivo geral, os objetivos específicos deste estudo são: I) cartografar práticas de espaço desenvolvidas no Parque Itaimbé; II) identificar as possíveis configurações do território pelos usos e práticas urbanas que se dão nele; III) analisar que urbanidades invisíveis desprendem das práticas e usos do território como potenciais pedagogias urbanas; e IV) verificar a partir das pedagogias urbanas cartografadas a potencialidade do Parque Itaimbé em se constituir como um território educativo na cidade de Santa Maria/RS.

Pretende-se, a partir do método de Cartografia Social, complementado por uma pesquisa documental e bibliográfica, responder ao seguinte problema de pesquisa: "Em que medida as práticas de espaço e as urbanidades invisíveis no Parque Itaimbé podem constituir potenciais pedagogias urbanas que o tornem um território educativo na cidade de Santa Maria/RS?"

É importante destacar que esta pesquisa é realizada no âmbito da Cátedra Unesco UniTwin - Cidade que Educa e Transforma. A Cátedra integra o Programa de Cooperação Internacional Rede Internacional Cidade que Educa e Transforma (RICET) e dentre os eixos de trabalho que a constituem a estão: i) direito à cidade; ii) territorialidade, identidade e cidadania; iii) educação na cidade; iv) participação,

organização, gestão e desenvolvimento local; e v) vida, sustentabilidade e transição ecológica (ISEC LISBOA, 2023). O presente trabalho situa-se no Grupo de Trabalho II (GT II): Territorialidade, Identidade e Cidadania.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa do tipo Fenomenológico-Hermenêutico, que busca, a partir do método da cartografia social, amparado em uma pesquisa documental e bibliográfica, observar e interpretar os fenômenos que se desprendem das urbanidades invisíveis e das práticas e usos do espaço, tendo como "campo empírico" o Parque Itaimbé, na cidade de Santa Maria/RS. Essa interpretação é feita a partir dos dados "produzidos" pela participação e observação do ambiente pelo cartógrafo (KASTRUP, 2015).

A "produção de dados" consiste em investigar a dimensão processual da realidade, o que se faz com uma "atenção flutuante", concentrada e aberta, semelhante à escuta psicanalítica (KASTRUP, 2015, p. 33). Com isso, a etapa inicial da pesquisa de campo perde o caráter de uma simples coleta de dados (KASTRUP, 2015). A intenção é desativar ou até mesmo inibir a atenção seletiva, que, por hábito, domina o sistema cognitivo por fixar-se num ponto com clareza particular e negligenciar outros (KASTRUP, 2015). É, portanto, potencializar algo que "já está lá", não criar algo novo, mas ativar uma virtualidade que já existe (DEPRAZ; VARELA; VERMERSCH, 2003).

Conquanto o método da cartografia não qualifique-se à formulação de regras ou protocolos, propõe-se um procedimento mais aberto e inventivo, considerando uma série de pistas que o cartógrafo deve seguir para o desenvolvimento da pesquisa (PASSOS; KASTRUP, 2013). Além da cartografia, serão utilizados como procedimentos de análise a análise documental e a revisão de literatura, com base na técnica do estado do conhecimento, pesquisando nas plataformas Capes e Scielo Brasil, com os descritores ainda por definir, visto que a definição depende de observações ainda por realizar no parque.

De maneira concomitante, vem sendo realizadas incursões no parque, a partir das quais são realizadas observações empírico-transcendentais das práticas e usos do espaço, tendo em mente que sob a perspectiva da cartografia social não se olha

somente para o existente, mas também para as relações de força que configuram o existente, ou seja, aquilo que se apresenta como real é uma atualização de diferentes vetores e de uma diversidade de indeterminações que criam determinadas configurações que são sempre transitórias, por isso o cartógrafo analisa fluxos.

Pretende-se também, ao final da pesquisa, realizar uma mapeamento do visível e do invisível, bem como dos atores sociais e dos possíveis parceiros na compreensão do parque como um território educativo (SINGER, 2015). Em suma, os passos da pesquisa compreendem: incursões no parque; identificação das práticas de espaços; identificação dos sujeitos e convite para participar da entrevista com base em suas formas de uso do parque; conversa preliminar com os sujeitos e primeiras impressões (contato de e-mail e telefone); coleta, produção e organização dos dados; análise dos dados; sistematização e considerações sobre as possíveis urbanidades e pedagogias que podem nascer dessas práticas e percepções dos sujeitos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 POR UMA PEDAGOGIA DA CIDADE

Pensar a educação hoje, é pensar na aprendizagem acontecendo em diferentes ambientes, além dos muros da escola (DONATO; SILVA; SANTOS, 2021). Moll (2020) destaca que não se trata da desescolarização da escola, ao contrário, trata-se de (re)situar a escola nas redes educadoras, relacionando-a, intencionalmente, com outros espaços potencialmente educativos, dentre eles, os espaços urbanos.

Daí irrompe a necessidade de compreender o funcionamento desses lugares, o cotidiano de seus praticantes e sua articulação com o espaço, para que lugares como o Parque Itaimbé possam efetivamente manifestar suas potencialidades enquanto lugar para iminência de iniciativas que façam frente às necessidades sociais emergentes (BENEDUCE, 2007).

É preciso ter em mente que esse potencial educativo da cidade não pode ser “romantizado”. Para conceber uma cidade que educa e transforma, é preciso

garantir os direitos básicos. Sem estes não é possível educar para a democracia e para a igualdade (MOLL, 2020). Moll (2020, p. 215) frisa que “a rua não é espaço educativo para os “sem casa”, “sem família”, “sem escola”, uma vez que estes e tantos outros grupos estão submetidos à insegurança, à violência e a condições desumanas de vida. A autora, nesse ponto, é enfática ao dizer que “a rua pode ser educativa quando trilha de ações coletivas, intencionais e identitárias de grupos que habitam e exploram pedagógica, política e culturalmente a cidade” (MOLL, 2020, p. 215).

Considerando esse contexto, o Parque Itaimbé, mesmo figurando como elemento importante do Centro Histórico de Santa Maria, e por consequência, do Distrito Criativo Centro-Gare, apresenta graves fragilidades de infraestrutura e gestão. Essas fragilidades o tornam um espaço inseguro e potencialmente não praticável pelas pessoas. Pode-se observar que a insegurança, o descuido ambiental, o desleixo com as instalações físicas e a falta de manutenção das áreas são flagrantes (BENEDUCE, 2007). Essas questões vão de encontro ao que pretende o projeto do Distrito Criativo: preservação do ambiente, dos espaços multifuncionais e do patrimônio histórico; acolhimento de todos, respeitando a diversidade humana; democratização da governança e das políticas públicas; fomento à Economia Criativa; valorização da história, da cultura, da inclusão social, dos espaços artísticos, da tolerância e de um ambiente propício ao surgimento de ideias, arte e cultura (PMSM, 2023).

3.2 PRATICANDO O ESPAÇO

Pode-se dizer que o cotidiano inventa-se incontidamente, dia a dia, e tal dinâmica vai arranjando e delineando continuamente uma “cultura”, a qual compõe-se de combinatórias de operações desenhadas por modelos de ação característicos de seus usuários, os quais Michel de Certeau chama de consumidores (CERTEAU, 2014). Certeau (2014) busca explicitar essas operações e exumar os padrões de ação que compõem essas operações, na intenção de elucidar que artes de fazer constituem a invenção do cotidiano. O autor também

aponta para as “maneiras de fazer”[3] como componentes de uma rede de antidisciplina pela qual os consumidores (ou dominados) formam para resistir aos processos mudos da sociedade disciplinar, defrontando a ordenação sociopolítica apontada por Foucault (CERTEAU, 2014).

Por esse prisma, pode-se dizer que a dinâmica de enfrentamento da ordem social estudada por Certeau (2014), é ilustrada por Cafrune (2016) quando este destaca a importância dos habitantes da cidade na apropriação dos espaços públicos. Essa apropriação do espaço comum é o caminho para construir novas formas de manifestar os direitos de viver, usar e produzir o espaço urbano (CAFRUNE, 2016).

Com efeito, Certeau (2014) acompanha alguns procedimentos, ou “práticas estranhas ao espaço "geométrico" ou "geográfico" das construções visuais, panópticas ou teóricas” (CERTEAU, 2014, p. 159), que escapam à disciplina, mas que, mesmo não ficando fora de seu campo de atuação, não são capturados. O autor diz que esses procedimentos “deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade” (CERTEAU, 2014, p. 163). O próprio caminhar pela cidade é um desses procedimentos “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos” (CERTEAU, 2014, p. 163), que funciona como uma forma de reapropriação do espaço pelos habitantes da cidade.

Nesse sentido, uma cidade aberta, democrática e inclusiva, tem como prerrogativa a garantia do direito à cidade. Lefebvre (2015) explica que esse direito vai além do acesso à infraestrutura, habitação e aparelhagem urbana. Para o autor, o direito à cidade manifesta-se no direito a uma vida urbana que leva em conta as necessidades individuais, antropológicas (socialmente elaboradas), simbólicas, imaginárias e lúdicas dos habitantes das cidades (LEFEBVRE, 2015).

3.3 TERRITÓRIOS QUE EDUCAM E TRANSFORMAM

Encontrar uma definição única para território é tarefa árdua (SANTOS, 2004). Apesar disso, Santos (2004, p. 232-233) explica que é “a utilização do território pelo

[3] Nesse contexto são as diversas formas práticas pelas quais os consumidores se apropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural (CERTEAU, 2014).

povo cria o espaço", ou seja, o território antecede o espaço, que representa um dado fixo, delimitado, uma área, mas que está sempre em construção e desconstrução, podendo ser mais duradouro (um conjunto de prédios por exemplo) ou efêmero (o território do "Brick da Belga" na Vila Belga em Santa Maria/RS ou dos feirantes que monta e desmonta no mesmo dia).

Desde a primeira incursão pelo parque, em 19 de maio de 2023, buscou-se observar que possíveis configurações do território se dão pelos usos e práticas de seus usuários. Resultado disso, foram registradas observações no diário de campo que servirá de base para o trabalho. Logo de início percebeu-se a existência do que chamamos "os cinco portais educativos", ora delimitados pelos viadutos e compreendidos por arquitetos e urbanistas como os limites dos cinco setores que constituem o "espaço construído" do parque (SENNETT, 2021).

A diversidade de usos e práticas encontradas no parque não serão esgotadas, mas pode-se, até agora, destacar alguns usos bastante característicos: pais, cujos filhos estudam na escola de ensino fundamental do SESC e que aproveitam o tempo de espera para caminhar pelo parque; jovens casais que usam o parque como espaço de caminhar, sentar e conversar; mudanças na ambiência ao longo do trajeto; o tradicional bar do Pompeu, lugar de encontro tão característico e caricato de Santa Maria (pela territorialidade, fundem-se o bar e a cidade); o "chimarródromo"; os caminhos sinuosos calmamente arborizados; a riquíssima fauna; a diversa flora, com paredes naturais bastante íngremes ao longo do caminho; as residências; as tomadas nos postes de luz; "a galera do basquete"; a "galera do parkour"; etc.

4. CONCLUSÃO

Destaca-se, conforme relatado na introdução deste trabalho, que os resultados possuem caráter parcial, dado o momento em que a pesquisa se encontra. Seus avanços se devem na sistematização conceitual dos autores mobilizados e nas primeiras observações realizadas no contexto empírico do Parque Itaimbé, campo de abordagem teórico-prática desta pesquisa.

Observa-se, preliminarmente, que o parque é um ambiente bastante diverso e suas práticas e usos, bem como as urbanidades invisíveis desprendidas dele,

constituem inumeráveis possibilidades educativas no âmbito das cidades que educam e transformam. Cabe nesse momento cartografá-las e interpretá-las para pensar que possibilidades pedagógicas se dão a partir delas, uma vez que a identificação dos habitantes com os seus territórios potencializa o desenvolvimento da cidadania, que, por sua vez, fortalece a possibilidade educativa do ambiente urbano.

O ponto central da discussão sobre a potencialidade educativa da cidade está na incongruência que existe no hiato entre a cidade pensada e a cidade vivida. Só é possível uma cidade aberta, democrática e inclusiva se for garantido aos cidadãos o direito à cidade, que presume a possibilidade destes cidadãos se apropriarem dos espaços públicos da cidade. É nesses espaços públicos que os praticantes ordinários da cidade desenvolvem seus usos e práticas. É, também, onde estão as subterraneidades urbanas que fluem por entre as camadas de transparência da cidade, ora visíveis, ora invisíveis, mas ora, também, invisibilizadas.

Em suma, uma gestão pedagógica da cidade que traga luz às informalidades urbanas tende a diminuir o hiato entre as duas concepções de cidade, ampliando a possibilidade de espaços-outros de aprendizagem. A partir daí, é possível pensar uma educação além dos muros da escola. Uma educação integral que possa (re)situar a escola nas redes educadoras, relacionando-a, intencionalmente, com outros espaços potencialmente educativos, dentre eles, os espaços urbanos, na intenção de uma formação humana integral.

REFERÊNCIAS

CAFRUNE, Marcelo Eibs. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 185-206, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2014.

DEPRAZ, Nathalie; VARELA, Francisco; VERMERSCH, Pierre. **On becoming aware: a pragmatic of experiencing.** Philadelphia-Amsterdam: Benjamin Publishing, 2003.

DONATO, Sueli Pereira; SILVA, Marcio Tascheto da; SANTOS, Simone José Aparecida da Silva. O direito à cidade que educa e os seus territórios nas práticas docentes:

desafios à formação continuada de professores. **REVISTA INTERSABERES**, [S.l.], v. 16, n. 39, p. 1135–1154, 2021. DOI: 10.22169/revint.v16i39.2205. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2205. Acesso em: 9 set. 2023.

FALCÃO, Adriano Da Silva et al. Domingo [com] vida no Parque Itaimbé. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 23, p. 482-487, 2022.

FORTUNA, Carlos. Urbanidades invisíveis. **Tempo social**, v. 31, p. 135-151, 2019.

ISEC, Instituto Superior de Educação e Ciências - Lisboa. **Cátedra UNESCO UniTwin - A Cidade Que Educa e Transforma.** Disponível em: https://www.iseclisboa.pt/index.php/pt/noticias/2340-catedra-unesco-unitwin-a-cidade-que-educa-e-transforma. Acesso em: 27 jun. 23.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In:PASSOS, Eduardo et al. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** (Orgs.) Porto Alegre: Sulina, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2015.

MOLL, Jaqueline. **A cidade e os seus caminhos educativos: escola, rua e itinerários juvenis.** In: AICE – Associação Internacional das Cidades Educadoras. Educação e vida urbana: 20 anos de Cidades Educadoras. Lisboa: Gráfica Almondina (Torres Novas, Portugal), 2013. p. 213-224. Disponível em: http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf. Acesso em: 16 mar. 2020.

PMSM, PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Distrito criativo**. Disponível em: http://www.distritocentrogare.com.br/index.php/pt/distrito/historico. Acesso em: 4 jun. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Edusp, 2004.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SINGER, Helena. **Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola.** São Paulo: Moderna, 2015.